

**No. 28677**

---

**BRAZIL  
and  
SAO TOME AND PRINCIPE**

**General Agreement on cooperation. Signed at Brasília on  
26 June 1984**

*Authentic text: Portuguese.*

*Registered by Brazil on 29 February 1992.*

---

**BRÉSIL  
et  
SAO TOMÉ-ET-PRINCIPE**

**Accord général de coopération. Signé à Brasília le 26 juin  
1984**

*Texte authentique : portugais.*

*Enregistré par le Brésil le 29 février 1992.*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe,  
a seguir designadas Partes Contratantes,

Considerando o interesse em reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação entre os seus respectivos povos,

Reafirmando a sua firme adesão aos objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas,

Desejando promover, desenvolver e reforçar a cooperação entre os dois povos e países, com base nos princípios internacionalmente reconhecidos de igualdade, benefício recíproco, respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não-ingerência nos assuntos internos, e de autodeterminação dos povos na livre escolha de seu sistema político-social e de seu processo de desenvolvimento,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. As Partes Contratantes estabelecerão entre si, numa base de igualdade, relações de cooperação econômica, científica, técnica e cultural.

2. As formas e condições de cooperação previstas no número anterior serão objeto de acordos ou programas especiais que concretizarão o presente Acordo.

### ARTIGO II

As Partes Contratantes convêm em que a cooperação se concretize nos campos econômico, científico, técnico, tecnológico, cultural, de formação de pessoal, e em outros que eventualmente venham a ser acordados.

### ARTIGO III

As Partes Contratantes concordam em estabelecer uma Comissão Mista para a Cooperação Econômica, Técnica, Científica e Cultural composta por delegações das duas Partes, dirigidas por membros a serem designados por cada uma das Partes Contratantes.

### ARTIGO IV

1. A Comissão Mista compete, em especial:
  - a) acompanhar e dinamizar a execução do presente Acordo e de outros acordos concluídos ou a serem concluídos entre os dois países, analisar e propor medidas para ultrapassar as dificuldades resultantes da sua aplicação;
  - b) submeter propostas aos Governos dos dois países referentes ao desenvolvimento das relações econômicas, comerciais, científicas, técnicas e culturais entre os dois países.
2. A Comissão Mista, a reunir-se, em princípio, de três em três anos, adotará, na sua primeira sessão, o seu Regulamento Interno.

### ARTIGO V

Quaisquer divergência de interpretação que possam surgir na aplicação do presente Acordo ou dos acordos que venham a ser concluídos em seu desenvolvimento, serão resolvidas por mútuo consentimento, dentro do espírito de amizade e cooperação, no âmbito da Comissão Mista, sem prejuízo de outras disposições especiais a serem incluídas nos respectivos acordos.

ARTIGO VI

As modificações ao presente Acordo Geral podem ser efetuadas por mútuo consentimento. Entrarão em vigor na forma da legislação interna de cada Parte. A intenção para tal modificação deverá ser comunicada, por escrito, à outra Parte Contratante, com pré-aviso de seis meses.

ARTIGO VII

1. O presente Acordo será submetido à ratificação, de conformidade com os procedimentos constitucionais de cada uma das Partes Contratantes.
2. Entrará em vigor a partir da data de troca dos instrumentos de ratificação, a ter lugar em São Tomé, capital da República Democrática de São Tomé e Príncipe.
3. Poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes, mediante notificação com a antecedência de seis meses.

Feito em Brasília, aos 26 dias do mês de junho de 1984, em dois originais, na língua portuguesa, igualmente autênticos.

Pelo Governo  
da República Federativa  
do Brasil:

[Signed — Signé]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Pelo Governo  
da República Democrática  
de São Tomé e Príncipe:

[Signed — Signé]

MARIA DE AMORIM

## [TRANSLATION — TRADUCTION]

GENERAL AGREEMENT<sup>1</sup> ON COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF SAO TOME AND PRINCIPE

The Government of the Federative Republic of Brazil and

The Government of the Democratic Republic of Sao Tome and Principe, hereinafter referred to as the Contracting Parties,

Considering the interest in strengthening the ties of friendship, solidarity and cooperation between their respective peoples,

Reaffirming their firm support for the purposes and principles of the Charter of the United Nations,

Desiring to promote, develop and strengthen cooperation between the two peoples and countries, on the basis of the internationally recognized principles of equality, mutual benefit, mutual respect for sovereignty and territorial integrity, non-interference in internal affairs, and self-determination of peoples in the free choice of their political and social system and their pattern of development,

Have agreed as follows:

*Article I*

1. The Contracting Parties shall establish between them, on a basis of equality, relations of economic, scientific, technical and cultural cooperation.

2. The forms and conditions of cooperation envisaged in the preceding paragraph shall be the subject of special agreements or programmes for the implementation of this Agreement.

*Article II*

The Contracting Parties agree that cooperation shall be undertaken in the economic, scientific, technical, technological, cultural and personnel training fields, and in such others as may subsequently be agreed upon.

*Article III*

The Contracting Parties agree to set up a Joint Commission for Economic, Technical, Scientific and Cultural Cooperation, comprising delegations from the two Parties headed by members to be appointed by each Contracting Party.

*Article IV*

1. The Joint Commission shall be responsible, in particular, for:

(a) Supervising and promoting the implementation of this Agreement and other agreements already concluded or to be concluded between the two countries, and

<sup>1</sup> Came into force on 20 January 1992 by the exchange of the instruments of ratification, which took place at Sao Tome, in accordance with article VII (2).

analysing and proposing measures to overcome any difficulties arising from their application;

(b) Submitting proposals to the Governments of the two countries regarding the development of economic, commercial, scientific, cultural and technical relations between the two countries.

2. The Joint Commission, which shall meet, as a rule, once every three years, shall adopt its rules of procedure at its first meeting.

#### *Article V*

Any disputes over interpretation which may arise during the application of this Agreement or of any agreements which may be concluded in pursuance of it, shall be settled by mutual agreement, in a spirit of friendship and cooperation, in the Joint Commission, without prejudice to other special arrangements that may be provided for in the agreements in question.

#### *Article VI*

Amendments to this General Agreement may be made by mutual consent. They shall be effected through the enactment of domestic legislation by each Party. The intention to make such amendments shall be communicated in writing to the other Contracting Party, giving six months' advance notice.

#### *Article VII*

1. This Agreement is subject to ratification in accordance with the constitutional procedures of each of the Contracting Parties.

2. It shall enter into force on the date of the exchange of the instruments of ratification, to take place in Sao Tome, capital of the Democratic Republic of Sao Tome and Principe.

3. It may be denounced by either of the Contracting Parties by giving six months' advance notice.

DONE at Brasília on 26 June 1984, in two originals in the Portuguese language, both texts being equally authentic.

For the Government  
of the Federative Republic  
of Brazil:

[Signed]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

For the Government  
of the Democratic Republic  
of Sao Tome and Principe:

[Signed]

MARIA DE AMORIM

## [TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD<sup>1</sup> GÉNÉRAL DE COOPÉRATION ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DÉMOCRATIQUE DE SAO TOMÉ-ET-PRINCIPE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République démocratique de Sao Tomé-et-Principe (ci-après dénommés « les Parties contractantes »),

Considérant l'intérêt d'un renforcement des liens d'amitié, de solidarité et de coopération entre leurs peuples respectifs,

Réaffirmant leur ferme adhésion aux objectifs et aux principes de la Charte des Nations Unies,

Désireux de promouvoir, de développer et de renforcer la coopération entre les deux peuples et les deux pays, sur la base des principes internationalement reconnus de l'égalité, de l'avantage réciproque, du respect mutuel de la souveraineté et de l'intégrité territoriale, de la non-ingérence dans les affaires intérieures et du droit des peuples à disposer d'eux-mêmes dans le libre choix de leur système politique et social et de leur processus de développement,

Sont convenus de ce qui suit :

*Article premier*

1. Les Parties contractantes établiront entre elles, sur la base de l'égalité, des relations de coopération économique, scientifique, technique et culturelle.

2. Les formes et conditions de coopération prévues au paragraphe qui précède feront l'objet d'accords ou programmes spéciaux qui concrétiseront le présent Accord.

*Article II*

Les Parties contractantes sont d'accord pour que la coopération soit concrétisée dans les domaines économique, scientifique, technique, technologique, culturel, de formation du personnel, et dans d'autres domaines qui pourraient être éventuellement convenus.

*Article III*

Les Parties contractantes conviennent d'établir une Commission mixte pour la coopération économique, technique, scientifique et culturelle, composée de délégations des deux Parties et dirigée par des membres qui seront désignés par chacune des Parties contractantes.

<sup>1</sup> Entré en vigueur le 20 janvier 1992 par l'échange des instruments de ratification, qui a eu lieu à Sao Tomé, conformément au paragraphe 2 de l'article VII.

*Article IV*

1. La Commission mixte aura notamment pour tâches :

a) D'accompagner et d'encourager l'application du présent Accord et d'autres accords conclus ou à conclure entre les deux pays, d'étudier et de proposer des mesures pour surmonter les difficultés résultant de son application;

b) De soumettre des propositions aux Gouvernements des deux pays en ce qui concerne le développement des relations économiques, commerciales, scientifiques, techniques et culturelles entre les deux pays.

2. La Commission mixte (qui devra se réunir en principe tous les trois ans) adoptera, au cours de sa première session, son règlement intérieur.

*Article V*

Toute divergence d'interprétation qui pourrait surgir dans l'application du présent Accord ou des accords qui pourraient être conclus dans le cadre dudit Accord, sera réglée par consentement mutuel, dans un esprit d'amitié et de coopération, dans le cadre de la Commission mixte, sans préjudice d'autres dispositions particulières pouvant figurer dans les accords respectifs.

*Article VI*

Les modifications au présent Accord pourront être effectuées par consentement mutuel. Elles entreront en vigueur selon la législation interne de chaque Partie. L'intention d'apporter une telle modification devra être communiquée, par écrit, à l'autre Partie contractante, avec un préavis de six mois.

*Article VII*

1. Le présent Accord sera soumis à ratification, conformément aux procédures constitutionnelles de chacune des Parties contractantes.

2. Il entrera en vigueur à partir de la date de l'échange des instruments de ratification, qui aura lieu à Sao Tomé, capitale de la République de Sao Tomé-et-Principe.

3. Il pourra être dénoncé par l'une quelconque des Parties contractantes, moyennant notification avec préavis de six mois

FAIT à Brasília, le 26<sup>e</sup> jour du mois de juin 1984, en deux exemplaires originaux, en langue portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement  
de la République fédérative  
du Brésil :

[Signé]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Pour le Gouvernement  
de la République démocratique  
de Sao Tomé-et-Principe :

[Signé]

MARIA DE AMORIM